

Atenção! **Este Plano de Ensino é um Rascunho.** Sua impressão não está liberada por se tratar de um documento não aprovado pela PUC Goiás.

Disciplina: **JUR3202 - DIREITO CONSTITUCIONAL II**
Turma: **B07** Subturma(s): **Todas as Subturmas desta Turma**
Créditos: 4 Carga Horária: 60 Horas/Aula
Professor: **NURIA MICHELINE MENESES CABRAL**

1. Ementa

Organização do Estado brasileiro. Repartição de competências. Regime constitucional da Administração Pública. Mecanismos de estabilização constitucional. Ordem econômica e financeira. Tributação e orçamento. Ordem social.

2. Objetivos

2.1. Objetivos Gerais

Conhecer e compreender a teoria dos direitos fundamentais e analisar a estrutura e o funcionamento do Estado brasileiro, bem como a sua atuação no direito econômico

2.2. Objetivos Específicos

Formar uma teoria dos direitos fundamentais para nela enquadrar os direitos fundamentais conforme previstos na Constituição Federal de 1988. Estudar a forma do estado brasileiro apontando peculiaridades que o diferenciam de outros estados federais, com ênfase especial para a repartição de competências constitucionais e para os mecanismos de estabilização. Estudar a ordem econômica e financeira a Constituição Federal de 1988 para estabelecer uma relação com o direito econômico.

3. Conteúdo Programático

UNIDADE I. DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

1. Noções conceituais
2. Forma do Estado brasileiro
3. Autonomia e soberania
4. Vedações explícitas aos entes federativos
5. Dos entes Federativos
 - a) União
 - b) Estados-membros
 - c) Do Distrito Federal

- d) Dos municípios
- 6. Dos territórios federais

UNIDADE II. DA REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIA

- 1. Noções
- 2. Conceito de competência
- 3. Técnicas de repartição de competência entre entes federativos
- 4. Classificação das competências
 - a) competência positiva e competência negativa
 - b) competência legislativa e competência material
 - c) competência conforme o ente federativo
 - d) competência privativa e competência exclusiva
 - e) competência supletiva e competência residual
 - f) competência comum e competência concorrente
- 5. Técnica de repartição da competência na vigente Constituição
- 6. Repartição da competência legislativa
 - a) competência legislativa da União
 - b) competência legislativa dos estados e do Distrito Federal
 - c) competência legislativa dos municípios
- 7. Repartição da competência material
 - a) competência material da União
 - b) competência material dos estados e do Distrito Federal
 - c) competência material dos municípios

UNIDADE III. MECANISMOS DE ESTABILIZAÇÃO CONSTITUCIONAL

- 1. Da intervenção federal nos Estados
 - a) noções
 - b) natureza jurídica
 - b) pressupostos formais e materiais
 - c) controles político e jurídico
 - d) responsabilidades
- 2. Da intervenção estadual nos municípios
 - a) noções
 - b) natureza jurídica
 - b) pressupostos formais e materiais
 - c) controles político e jurídico
 - d) responsabilidades
- 3. Do estado de defesa
 - a) noções
 - b) natureza jurídica
 - b) pressupostos formais e materiais

- c) controles político e jurídico
- d) responsabilidades
- 4. Do estado de sítio
 - a) noções
 - b) natureza jurídica
 - b) pressupostos formais e materiais
 - c) controles político e jurídico
 - d) responsabilidades
- 5. Outras providências de urgência
 - a) Estado de calamidade
 - b) Estado de emergência
- 6. Das Forças Armadas
- 7. Da segurança pública

UNIDADE IV. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - NOÇÕES CONSTITUCIONAIS

- 1. Administração Direta e Indireta
- 2. Princípios Constitucionais da Administração Pública

UNIDADE V. DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

- 1. Noções
- 2. Dos princípios gerais da atividade econômica
- 3. Da atuação do estado no domínio econômico
- 4. Da política urbana
- 5. Da política agrária

UNIDADE VI. DA TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO.

- 1. Modalidades tributárias - conceitos
- 2. Princípios constitucionais tributários
- 3. Modalidades orçamentárias - conceitos
- 4. Princípios constitucionais orçamentários

UNIDADE VII. DA ORDEM SOCIAL. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

- 1. Seguridade social
- 2. Educação, cultura e desporto
- 3. Ciência e Tecnologia
- 4. Comunicação social
- 5. Meio ambiente
- 6. Família, criança, adolescente e idoso
- 7. Índios

4. Metodologia

São parâmetros para a produção acadêmica, os aportes teóricos e metodológicos, a criticidade, a construção e a criatividade. Para a concretização dessa intenção serão utilizadas estratégias variadas, como:

Aulas expositivo-dialogadas: unidades 1,3,4,5,6 e 7.

Estudo dirigido e debates em sala: Unidades 2, 5,6 e 7.

Atividades individuais e em grupo: Unidade 1,2,3,4,5,6 e 7.

Seminários: Unidade 05.

Resolução de problemas: Unidade 1,2,3,4,5,6 e 7.

Pesquisa bibliográfica e uso da Internet Unidade 1,2,3,4,5,6 e 7.

Indicação de filmes/documentários a serem assistidos pelas/os discentes em outro espaço, e serem discutidos em aula: Estudo Interdisciplinar.

Obs: Será considerada, para o cômputo da carga horária da disciplina, bem como da frequência discente, a “Atividade Externa da Disciplina” (AED), no total de 8 h/a, conforme critério estabelecido pela professora.

5. Avaliação

A avaliação efetiva se dará no curso do processo, com a cumulatividade do conteúdo ministrado na presente disciplina, nas relações de sala de aula, na compreensão e produção de conhecimento do aluno, através do seu desempenho no grupo e individual, resolução de questões, pesquisas (bibliográfica – livros/doutrina e de campo, revistas, internet, jurisprudencial e casuística), arguições, trabalhos escritos (resumos, resenhas, fichamentos), debates, questionamentos orais e escritos. Assiduidade, pontualidade, participação e respeito nas relações de sala de aula também serão objeto de avaliação. É nossa intenção que nas três diferentes formas de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa, sejam elas permanentemente inter-relacionadas, acreditando não ser possível que cada uma se realize isoladamente, mas, sim, perpassem durante todo o processo ensino-aprendizagem.

Avaliação conceitual: Participação, assiduidade e pontualidade nas aulas.

Na 2ª N-2, será ser inserida no mínimo uma questão referentes ao Estudo Interdisciplinar, que será constituída de uma questão ENADE de anos anteriores. (Ato Próprio Normativo 0012011-1-JUR).

PROVAS DE N1: 27/08 e 27/09

PROVAS DE N2: 01/11 e (29/11+03/12 E 06/12)

2ª CHAMADA : Na PUC Goiás não há previsão de 2ª chamada. Contudo, a professora à realizará o deferimento de justificativa de comprovada da falta da prova, em data a ser acertada duran semestre.

MÉDIA PARA APROVAÇÃO PUC/GO: 6,0 (seis pontos).

A nota resultante do primeiro conjunto de avaliações, cujo grau máximo é de dez pontos, terá valor equivalente a 40% (quarenta por cento) para composição da nota final. A nota resultante do segundo conjunto de avaliações, cujo grau máximo é de dez pontos, tem valor equivalente a 60% (sessenta por cento) para composição da nota final. Conforme o § 5º do Art. 128, do Regimento Geral da PUC Goiás (2017), a Nota Final de cada disciplina resulta da média ponderada das duas notas N1 e N2, conforme a expressão:

$$NF = N1 \times 0,4 + N2 \times 0,6$$

Sendo:

$$N2 = RN2 + AI; e$$

$$RN2 \geq 9 \text{ e } AI \geq 1$$

Onde:

NF = Nota Final

N1 = Nota resultante do primeiro conjunto de avaliações

N2 = Nota resultante do segundo conjunto de avaliações

RN2 = Nota resultante da N2

AI = Avaliação Interdisciplinar

JORNADA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

TEMA: FRATERNIDADE

ATIVIDADES: RELATÓRIO SOBRE UMA DAS PALESTRAS DA JORNADA, A SER ENTREGUE JUNTO COM CÓPIA DO CERTIFICADO NA DATA IMPROPRORROGÁVEL DE 26/11.

PONTUAÇÃO: 1,0 (UM) PONTO NA 2ª N2

DATAS: 20/08; 23/09; 31/10 e 05/11, nos três turnos.

6. Bibliografia Básica

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. BULOS, Uadi Lammego. Curso de direito constitucional. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito constitucional. 20. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.v.2.

7. Bibliografia Complementar

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 30. São Paulo: Atlas, 2014. MENDES, Gilmar Ferreira Et Al. Curso de direito constitucional. 9. ed. São Paulo: Saraiva. 2014. PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito constitucional descomplicado. 12. ed. São Paulo: Método, 2014. SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

8. Atividades Externas da Disciplina (AED)

OBJETIVOS DA ATIVIDADE:

Possibilitar uma visão crítica e reflexiva dos alunos sobre o conteúdo da disciplina, em especial, princípios e direitos constitucionais e administrativos e a responsabilidade do Estado, interrelacione com o tema geral: FRATERNIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE: Palestras da Jornada de Estudos Interdisciplinares.

CRONOGRAMA: 26/11/2019

Será considerada, para o cômputo da carga horária da disciplina, a apresentação de cópia de um Certificado da Jornada de Estudos Interdisciplinares, na data improrrogável de 28/11/2019, com identificação da disciplina e turma.

FORMA DE REGISTRO: Entrega da cópia do certificado, na data prevista no cronograma (28/11/2019).

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO: A AED não vale nota, apenas as horas cursadas, sendo registrada: máximo 08 horas.

Bibliografia básica:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva

Bibliografia complementar: (ARTIGOS DISPONÍVEIS NO SITE DOCENTE PUC GO):

1. FARAH, Marta Ferreira Santos. *Análise das Políticas Públicas no Brasil*. Rev. Adm. Pública - Rio Janeiro. 50(6):959-979 nov/dez 2016.
2. BRANCALEON, Brígida Batista, et. all. *Políticas Públicas: conceitos básicos. Material para EAD*. I - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Ribeirão Preto.
3. AGUM, Ricardo, et. all. *Políticas Públicas: conceitos e análise em revisão*. Revista Agenda Política vol 3 n.2 - jul/dez 2015 | ISSN: 2318-8499.

9. Cronograma

AGOSTO (18 AULAS)	
02/08	CALOURADA
06/08	Aula Inaugural: apresentação da disciplina, do plano de ensino, do funcionamento do semestre. UNID. 1 - Organização Do Estado
09/08	Unid. 1 - Organização Do Estado Brasileiro
13/08	Unid. 1 - Organização Do Estado Brasileiro
16/08	Unid. 2 - Repartição das Competências
20/08	Unid. 2 - Repartição das Competências (unidade trabalhada com exercícios)
23/08	Unid. 2 - Repartição das Competências (unidade trabalhada com exercícios) [Releitura das datas do plano de ensino].
27/08	AVALIAÇÃO 1ª N1: PROVA OBJETIVA
30/08	Unid. 3 - Mecanismos de Estabilização Constitucional. 3.1 - Intervenção Federal. 3.2 - Intervenção Estadual.
SETEMBRO (16 AULAS)	
03/09	Unid. 3 - Mecanismos de Estabilização Constitucional. 3.1 - Intervenção Federal. 3.2 - Intervenção Estadual
06/09	Unid. 3 - Mecanismos de Estabilização Constitucional. 3.3 - Estado de Defesa. 3.4 -

	Estado de Sítio. 3.5 - Estados de calamidade e urgência
10/09	Unid. 3 - Mecanismos de Estabilização Constitucional. 3.3 - Estado de Defesa. 3.4 - Estado de Sítio. 3.5 - Estados de calamidade e urgência
13/09	Unid. 4 - Administração Pública - Noções Constitucionais
17/09	Unid. 4 - Administração Pública - Noções Constitucionais
20/09	Unid. 4 - Administração Pública - Noções Constitucionais
24/09	CORREÇÃO DE EXERCÍCIOS. [Releitura das datas do plano de ensino].
27/09	AVALIAÇÃO 1ª N1: PROVA OBJETIVA E SUBJETIVA
OUTUBRO (16 AULAS)	
01/10	CORREÇÃO DA PROVA
04/10	Unid. 5 - Da Ordem Econômica e Financeira - Princípios Constitucionais.
08/10	Unid. 5 - Da Ordem Econômica e Financeira - Princípios Constitucionais. (Material de estudo)
11/10	Unid. 5 - Da Ordem Econômica e Financeira - Princípios Constitucionais. (Material de estudo): DEBATE EM SALA
15/10	Unid. 6 - Da Tributação e Orçamento. 6.1 - Modalidades tributárias - conceitos Última data para lançamento de N1 no PUC DIÁRIO. (<i>Congresso Ciência e Tecnologia</i>)
18/10	Unid. 6 - Da Tributação e Orçamento. 6.1 - Modalidades tributárias - conceitos (<i>Congresso Ciência e Tecnologia</i>)
22/10	6.2 - Princípios constitucionais tributários - Das Limitações ao Poder de Tributar
25/10	RECESSO
29/10	6.2 - Princípios constitucionais tributários - Das Limitações ao Poder de Tributar [Releitura das datas do plano de ensino].
NOVEMBRO (16 AULAS)	
01/11	AVALIAÇÃO 1ª N2: PROVA OBJETIVA E SUBJETIVA
05/11	6.3 - Modalidades orçamentárias - conceitos
08/11	6.4 - Princípios constitucionais orçamentários
12/11	CORREÇÃO DE EXERCÍCIOS.
15/11	FERIADO
19/11	Unid. 7 - Da Ordem Social - noções constitucionais. (Unidade trabalhada com exercícios)
22/11	Unid. 7 - Da Ordem Social - noções constitucionais. (Unidade trabalhada com exercícios)
26/11	Unid. 7 - Da Ordem Social - noções constitucionais. ENTREGA DAS AED. [Releitura das datas do plano de ensino].
29/11	AVALIAÇÃO 2ª N2: APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS
DEZEMBRO (12 AULAS)	
03/12	AVALIAÇÃO 2ª N2: APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS
06/06	AVALIAÇÃO 2ª N2: APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS

11/12	LANÇAMENTO NO SOL DAS NOTAS.
13/12	Ajustes dos registros acadêmicos.
17/12	. Ajustes dos registros acadêmicos. CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS NO SOL.
20/12	FECHAMENTO DO SEMESTRE.

10. Material de Apoio

ARTIGOS DISPONÍVEIS NO SITE DOCENTE PUC GO:

1. FARAHA, Marta Ferreira Santos. *Análise das Políticas Públicas no Brasil*. Rev. Adm. Pública - Rio Janeiro. 50(6):959-979 nov/dez 2016.
2. BRANCALEON, Brígida Batista, et. all. *Políticas Públicas: conceitos básicos. Material para EAD*. I - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Ribeirão Preto.
3. AGUM, Ricardo, et. all. *Políticas Públicas: conceitos e análise em revisão*. Revista Agenda Políti vol 3 n.2 - jul/dez 2015 | ISSN: 2318-8499.

LINKS:

<http://www.planalto.gov.br>

<http://www12.senado.leg.br>

<http://www2.camara.leg.br>

<http://www.stf.jus.br>

<http://saberes.senado.leg.br>

Atenção! Este Plano de Ensino é um Rascunho. Sua impressão não está liberada por se tratar de um documento não aprovado pela PUC Goiás.

Dados da Impressão

Impresso em 01 de Agosto de 2019 às 13:40 por

Sua chave de acesso é 75D99509-5F8D-4BD5-BAF4-E2BDD7FA85E7 a partir do IP 179.95.85.171

Lembre-se, todo acesso ao Sistema Acadêmico da PUC Goiás é monitorado para sua segurança.